

NOTA TÉCNICA 02/2013

DATA: 18/01/13

ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2013

Reestimativa das Receitas Ordinárias do Tesouro e Receitas das Participações Especiais do Petróleo

I – Cenário Econômico

Em 2012 a economia brasileira não sofreu os efeitos de uma recessão global, mas teve um crescimento bem abaixo do esperado e que, ao que tudo indica, deverá continuar em 2013. Haverá uma melhora moderada na taxa de crescimento, provavelmente devido a um movimento de um ciclo econômico mais longo. A crise de 2008 ainda tem reflexos nas economias. O processo de redução das dívidas das empresas e dos estados é lento e até que as perdas sejam diluídas ao longo do tempo, as perspectivas da atividade econômica permanecem baixas.

Ao analisarmos a baixa taxa de investimento de 18,8% percebemos que os 3% previstos pelo mercado de crescimento do PIB em 2013 parece ser o teto. A suave melhora nesse ano deve ocorrer como consequência das medidas de desoneração tributária que reduzem o custo Brasil, tal qual a redução da tarifa de energia elétrica, o IPI reduzido e a unificação do ICMS, que prometem segurar a economia e possivelmente auxiliar na retomada de crescimento.

A desvalorização do câmbio a R\$ 2,10 não deve perpetuar. O grande volume de importações de petróleo no ano de 2012 foi reflexo de problemas em alguns campos. A contração das exportações, por sua vez, ocorreu por conta da crise mundial. Este cenário dificilmente irá se repetir. Com o possível aumento da produção de petróleo e das exportações, a entrada de divisas valorizará nossa moeda, prejudicando o setor exportador.

Os juros reduzidos, mas ainda altos, são um incentivo ao investimento. Há espaço para reduções maiores, contudo o governo federal sinaliza certa preocupação com a inflação e, portanto, espera-se que os juros permaneçam estáveis. De certo modo, existem pressões inflacionárias provenientes dos reajustes salariais na

iniciativa privada e principalmente no serviço público que aliadas ao desemprego baixo, quase nulo no trabalho qualificado, pressionam ainda mais os preços. A soma do binômio - pressão salarial e juros altos pode gerar retrações na economia, uma vez que as empresas atadas pelos custos crescentes e disponibilidade de crédito reduzido, veem como solução a redução da produção.

O comércio externo somente deve aquecer-se caso a China ou EUA apresentem uma melhora no crescimento. Segundo o Banco Mundial, a potência asiática deve crescer 8% em 2013. Já uma leve recuperação norte-americana pode carregar a economia mundial para fora da crise. Como contrapeso, a União Europeia parece permanecer em recessão em 2013. Os déficits ainda são altos e a resolução acerca da união monetária permanece distante.

Em suma, o ano de 2013 está repleto de dúvidas e algumas certezas, a saber, não se repetirá o ano ruim de 2012. Foram raros os períodos na história do Brasil em que crescemos menos de 2% dois anos seguidos. O dinamismo da economia brasileira é maior do que em anos anteriores. O freio ao crescimento pode vir da retração da argentina e/ou da União europeia. Já o impulso ocorrerá, conforme anteriormente mencionado, se os EUA se reerguerem. Por isso, podemos afirmar que o crescimento deve se situar entre 1% e 3%, com grande probabilidade de ocorrência em 2,5%.

O Estado do Rio de Janeiro cresceu em 2012 cerca de 0,65% em termos reais, segundo o nível de atividade regional – IBC-RJ. Desempenho abaixo do esperado, tendo como grande responsável por essa performance o setor industrial com retração de 3%. Os principais setores dentre este são os de produção de automóveis, motocicletas, partes e peças que retrairam cerca de 1%. Em contrapartida, outros setores cresceram: combustíveis e lubrificantes; hiper/supermercado, prod. alimentícios, bebidas, fumo; tecido, vestuário e calçado; móveis e eletrodomésticos.

Para 2013, projeta-se que o estado do Rio de Janeiro tenha um crescimento melhor, porém ainda modesto, na produção industrial, comércio e varejo. As previsões da Secretaria de Fazenda para esses índices são 2,01% e 1,26%, respectivamente. As exportações e importações do Rio de Janeiro são variáveis bastante voláteis que devem depender basicamente do desempenho da Petrobras no que tange à produção e importação de petróleo, além da demanda interna por gasolina e o preço do Brent. Destarte, o esperado crescimento do fornecimento de energia elétrica no patamar de 1,5% leva-nos a crer em maior importação de diesel para alimentar as termoelétricas e maior importação no ERJ.

Ademais, as importações vêm crescendo constantemente em resposta ao maior nível de renda da população brasileira e as exportações reduzindo por conta do menor nível de renda mundial. A reversão desse movimento poderá ocorrer no meio do ano se os EUA saírem da crise e a China continuar seu processo de expansão econômica. Mas tudo indica que o saldo da balança comercial será baixo (quase nulo) no primeiro semestre de 2013.

Em suma, esperamos um ano de recuperação da economia brasileira e fluminense, porém sem aceleramento do crescimento. O crescimento brasileiro na década passada foi em torno de 4% e no ano que se inicia não deve chegar a esse patamar. O Rio de Janeiro cresceu pouco em 2012, mas há perspectivas de melhorias, já que os investimentos estão maturando e a demanda do consumidor dá sinais de aquecimento.

Dado a conjuntura atual, torna-se imprescindível que haja uma revisão da receita, com atualização dos valores definidos por ocasião do projeto de lei do orçamento 2013. A reavaliação utiliza como base, tanto a receita realizada em 2012 quanto a reavaliação dos parâmetros macroeconômicos para 2013. A seguir segue uma breve descrição dos principais modelos de previsão de receitas utilizados pela SUPOF nas suas estimativas.

II – Metodologia de Previsão de Receita

Diversos tributos dispostos na nota de receita foram estimados com base em modelos econometríticos. Basicamente dois modelos foram escolhidos: VAR e SARIMA. O SARIMA foi utilizado para estimar todos os tributos, o VAR foi aplicado somente naqueles tributos em que variáveis econômicas influenciam sua estimação. Abaixo apresentamos a metodologia dos dois modelos.

SARIMA

Box e Jenkins (1970) introduziram os modelos ARMA e ARIMA onde o primeiro trabalha com variáveis no nível e o segundo com equações em diferença. A escolha entre os dois modelos é determinada pela estacionariedade¹ das séries.

¹ Uma série temporal é estacionária quando ela se desenvolve aleatoriamente, no tempo, em torno de uma média constante, refletindo alguma forma de equilíbrio estável.

Nestes modelos a finalidade é encontrar uma equação que represente a série temporal Xt, por meio de uma estrutura dependente dos seus valores passados, Xt-1, ..., Xt-p e seus erros de previsão um passo à frente, et-1, ..., et-q , onde cada et-q, para todo q< n, é igual a Xt-q – XPt-q , onde XPt-q é a previsão de Xt-q utilizando informações amostrais até o período t-q-1.

O componente dependente de seus valores passados é a parte auto regressiva. O processo auto regressivo de ordem p, AR(p), é definido por:

$$X_t = \gamma_1 X_{t-1} + \gamma_2 X_{t-2} + \dots + \gamma_p X_{t-p} + \varepsilon_t$$

ε_t é ruído branco.

O componente de médias móveis utiliza valores defasados dos erros de previsão para desenvolver a capacidade preditiva do modelo. Um modelo com médias móveis MA(q) tem a seguinte forma:

$$X_t = \varepsilon_t - \theta_1 \varepsilon_{t-1} - \dots - \theta_q \varepsilon_{t-q}$$

ε_t é ruído branco.

A conjunção dos dois componentes constrói o modelo ARMA (p,q):

$$x_t - \rho_1 x_{t-1} - \dots - \rho_p x_{t-p} = \varepsilon_t - \alpha_1 \varepsilon_{t-1} - \dots - \alpha_q \varepsilon_{t-q}$$

Como pode ser visto na equação acima a parte auto regressiva está na esquerda e a média móvel no lado direito da equação. De forma intuitiva, podemos inferir, que no lado esquerdo, a subtração da variável no nível (Xt) de todo o efeito passado resulta no lado direito, isto é, nos erros de previsão cometidos.

Para simplificar, o modelo pode ser descrito utilizando o operador de defasagens L, que é definido por:

$$LX_t = X_{t-1}$$

O modelo ARMA (p,q) pode ser então descrito, utilizando o operador de defasagens L, por:

$$(1 - \rho_1 L - \dots - \rho_p L^p)x_t = (1 - \alpha_1 L - \dots - \alpha_q L^q)\varepsilon_t$$

No caso de não estacionariedade devemos utilizar o modelo em diferenças. A determinação de em quantas diferenças deve-se trabalhar é o limite até que a série se torne estacionária. Quando determinado processo é não estacionário e sua diferença é estacionária ele é denominado um processo integrado.

Um processo X_t é integrado de ordem d se a equação abaixo é estacionária:

$$\Delta^d X_t = (1 - L)^d X_t$$

Um modelo ARIMA(p,d,q) para determinada série de tempo X_t é um modelo no qual X_t é integrável de ordem d . A série estacionária $(1-L)^d X_t$ é então modelada por um processo ARMA(p,q), e toma a seguinte forma:

$$(1 - \rho_1 L - \dots - \rho_p L^p)(1 - L)^d x_t = (1 - \alpha_1 L - \dots - \alpha_q L^q) \varepsilon_t \text{ ARIMA}(p,d,q)$$

Para inclusão dos componentes sazonais basta extrair os efeitos esperados da mesma forma que a utilização usual do ARIMA. Para tanto, um modelo ARIMA-Sazonal, denominado por SARIMA, é denotado por ARIMA(P,D,Q)s, onde P é a ordem do componente auto regressivo sazonal, D é a ordem das diferenças sazonais e Q é a ordem da média móvel sazonal. Um modelo ARIMA(P,D,Q)s é dado por:

$$(1 - \beta_1 L^S - \dots - \beta_p L^{SP})(1 - L^S)^D x_t = (1 - \phi_1 L^S - \dots - \phi_Q L^{QS}) \varepsilon_t$$

Devido as propriedades das séries de tempo, que apresentam tendência, sazonalidade e movimentos cíclicos, é desejável se combinar o modelo ARIMA tradicional com o modelo SARIMA puro, obtendo-se então o modelo ARIMA (p,d,q) x SARIMA(P,D,Q)s, isto é, constrói-se o modelo ARIMA com AR(p), MA(q) e integrado de ordem d e decompõe-se os efeitos sazonais por meio de um SARIMA. Desta forma temos:

$$\begin{aligned} & \overbrace{(1 - \rho_1 L - \dots - \rho_p L^p)(1 - \beta_1 L^S - \dots - \beta_p L^{PS})}^{\text{Componente Sazonal autoregressivo}} (1 - L)^d (1 - L^S)^D x_t \\ &= \underbrace{(1 - \alpha_1 L - \dots - \alpha_q L^q)(1 - \phi_1 L^S - \dots - \phi_Q L^{SQ})}_{\text{Componente Sazonal na média Móvel}} \varepsilon_t \end{aligned}$$

Onde s pode ser quatro quando a sazonalidade é trimestral e 12 quando ela for anual. Para adicionar sazonalidade a determinados meses, o ideal é incluir *dummies*.

VAR

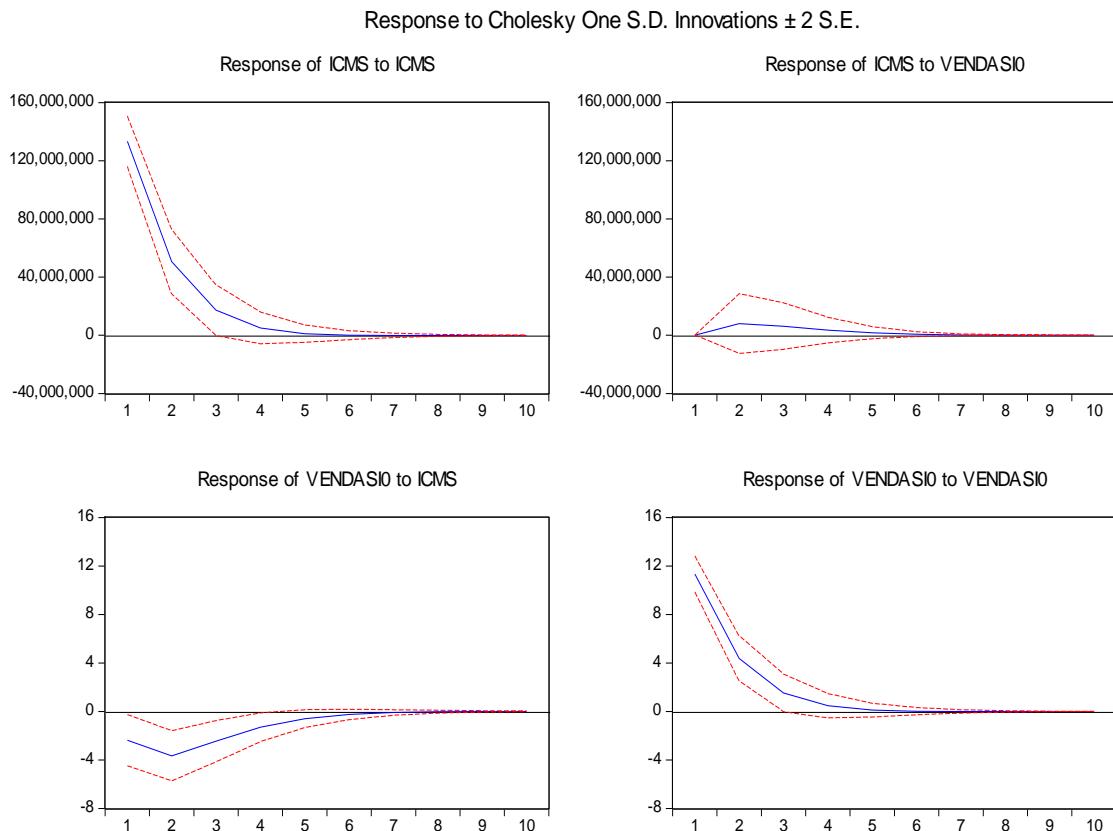
Se uma variável em um modelo multivariado não parece ser exógena, uma extensão natural é tratar cada variável simetricamente. No caso de duas variáveis devemos considerar que elas se afetam mutuamente pelos seus valores correntes e passados, ou seja, em um caso bivariado simples, teríamos o seguinte conjunto de equações:

$$\begin{aligned} z_t &= b_{20} - b_{21}y_t + \gamma_{21}y_{t-1} + \gamma_{22}z_{t-1} + \varepsilon_{zt}, \\ y_t &= b_{10} - b_{12}z_t + \gamma_{11}y_{t-1} + \gamma_{12}z_{t-1} + \varepsilon_{yt}, \end{aligned}$$

Onde: ε_{yt} e ε_{zt} são distúrbios ruídos brancos.

Podemos adicionar quaisquer instrumentos já válidos nas regressões simples do MQO: variáveis exógenas ao modelo que afetem tanto Z_t quanto Y_t ; *dummies* para efeitos sazonais; *dummies* para *outliers*, etc.

Para avaliação da relação entre as variáveis pode-se plotar o gráfico de impulso resposta (como uma variável reage a um impulso nela mesma ou em outra). Abaixo exemplificamos a sua forma:



II.1 – Parâmetros Econômicos utilizados

Parâmetros	2013
IPCA - Var anual %	5,50
PIB - Var. Anual	3,00
Taxa de Câmbio - (R\$ /U\$ valor médio)	2,05
Meta para Taxa Over-selic % anual	8,00

Fonte : Bacen - Expectativas de Mercado - BCB de 04/01/2013 -
Adapatado pela SUPOF - SEFAZ

III – Revisão das Principais Receitas Tesouro

Abaixo encontra-se a Tabela 1 apresenta as principais receitas do Tesouro que foram reestimadas.

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2012 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita	FR	RECEITA REALIZADA	REVISÃO DE RECEITA			1ª REVISÃO X 2012		1ª REVISÃO X PLOA		1ª REVISÃO X LOA	
		2012 (A)	PLOA 2013 (B)	LOA 2013 (C)	1ª Revisão (D)	(D - A)	Δ % (D/A)	(D - B)	Δ % (D/B)	(D - C)	Δ % (D/C)
IRRF	00	1.874	2.128	2.128	2.128	253	13,5%				
IPVA	00	1.744	1.899	1.899	1.899	156	8,9%				
ITD	00	525	576	576	576	51	9,6%				
FECP	22	2.545	2.838	2.838	2.638	93	3,7%	(200)	-7,0%	(200)	-7,0%
ICMS	00	26.662	28.785	29.625	28.554	1.893	7,1%	(230)	-0,8%	(1.071)	-3,6%
Receita Financeira		194	215	215	194			(21)	-9,9%	(21)	-9,9%
FPE	06	946	1.129	1.129	1.024	77	8,1%	(106)	-9,4%	(106)	-9,4%
IPI	07	761	1.174	1.174	797	36	4,7%	(377)	-32,1%	(377)	-32,1%
Lei Kandir	07	86	86	86	86	(1)	0,0%		0,0%		0,0%
Demais Transf. União	01	82	95	95	87	5	6,3%	(7)	-7,6%	(7)	-7,6%
Multas e Juros*		448	373	373	362	(86)	-19,3%	(12)	-3,1%	(12)	-3,1%
Dívida Ativa**		639	640	640	515	(124)	-19,4%	(125)	-19,5%	(125)	-19,5%
Demais Receitas	01	42	17	17	17	(25)	-59,8%		0,0%		0,0%
Dep. Judiciais tributários	90	74	20	20	-	(74)	-100,0%	(20)	-100,0%	(20)	-100,0%
Ressarcimento de pessoal cedido		17	25	25	25	8	44,1%				
Receita Intra de Outras Restituições		391	-	-	-	(391)	-100,0%				
Outras Restituições (conta A & B)		594	67	67	77	(516)	-87,0%	10	15,2%	10	15,2%
Outros		68	1.185	1.185	345	277	404,2%	(840)	-70,9%	(840)	-70,9%
ceg & onibus (outras)	00	0	-	-	-	(1)	-100,0%				
	01	62	1.181	1.181	341	279	451,0%	(840)	-71,1%	(840)	-71,1%
	07	0	0	0	0		46,9%				
	26	1	-	-	-	(1)	-100,0%				
	90	1	0	0	0	(1)	-67,0%				
	95	5	4	4	4	(1)	-24,4%				
Subtotal 1		37.693	41.252	42.093	39.324	1.631	4,3%	(1.928)	-4,7%	(2.768)	-6,6%
Alienação de Bens	01	0	1.536	1.536	593	593	395155,3%	(943)	-61,4%	(943)	-61,4%
Operações de Crédito	11	4.788	6.092	6.092	9.206	4.418	92,3%	3.114	51,1%	3.114	51,1%
	21	4.702	5.381	5.381	8.495	3.794	80,7%	3.114	57,9%	3.114	57,9%
Subtotal 2		4.788	7.628	7.628	9.800	5.011	104,7%	2.171	28,5%	2.171	28,5%
Royalties		8.236	7.664	7.664	7.664	(572)	-6,9%				
	04*	3.063	2.147	2.147	2.147	(916)	-29,9%				
	10*	5.173	5.517	5.517	5.517	344	6,6%				
CIDE	26	57	-	-	-	(57)	-100,0%				
Salário Educação	05	392	409	409	409	17	4,3%				
Subtotal 3		8.685	8.073	8.073	8.073	(612)	-7,1%				
TOTAL GERAL (1+2+3)		51.166	56.954	57.794	57.197	6.030	11,8%	243	0,4%	(597)	-1,0%

Tabela 2 - Reestimativa de Receita Tesouro 2012 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita	FR	2012 (A)	PLOA 2013 (B)	LOA 2013 (C)	1ª REVISÃO (D)	1ª REVISÃO X 2012		1ª REVISÃO X LOA	
						(D - A)	Δ % (D / A)	(D - C)	Δ % (D / C)
IRRF	00	1.874	2.128	2.128	2.128	253	13,5%		
IPVA	00	1.744	1.899	1.899	1.899	156	8,9%		
ITD	00	525	576	576	576	51	9,6%		
ICMS	00	26.662	28.785	29.625	28.554	1.893	7,1%	(1.071)	-3,6%
Multas e Juros	00	426	351	351	344	(82)	-19,2%	(6)	-1,8%
Dívida Ativa	00	610	609	609	490	(120)	-19,7%	(119)	-19,5%
Receita Financeira	00	0	-	-	0	(1)	-16,2%		0,0%
Outras Restituições	00	0	30	30	30	30	3360198,7%	(1)	0,0%
Outros	00	0	-	-	-	(1)	-100,0%		
TOTAL	00	31.840	34.376	35.217	34.021	2.181	6,8%	(1.196)	-3,4%
Receita Financeira	01	194	215	215	194	(1)	0,0%	(21)	-9,9%
Demais Transf. União	01	82	95	95	87	5	6,3%	(7)	-7,6%
Multas e Juros	01	11	14	14	9	(2)	-20,0%	(5)	-36,1%
Outras Restituições	01	559	19	19	19	(540)	-96,6%	(1)	-0,5%
Dívida Ativa	01	20	25	25	17	(3)	-16,3%	(9)	-34,0%
Demais Receitas	01	42	17	17	17	(25)	-59,8%		0,0%
Alienação de Bens*	01	0	1.536	1.536	593	593	395155,3%	(943)	-61,4%
Rec. Intra de Pessoal Cedido	01	0	-	-	-	(1)	-100,0%		
Rec. Intra de Outras Restituições	01	391	-	-	-	(391)	-100,0%		
Outros	01	62	1.181	1.181	341	279	451,0%	(840)	-71,1%
TOTAL	01	1.361	3.102	3.102	1.277	(84)	-6,2%	(1.825)	-58,8%
Royalties	04	3.063	2.147	2.147	2.147	(916)	-29,9%		
Royalties	10	5.173	5.517	5.517	5.517	344	6,6%		
TOTAL		8.236	7.664	7.664	7.664	(572)	-6,9%		
Salário Educação	05	392	409	409	409	17	4,4%		
Outros	05	1	-	-	-	(1)	-100,0%		
TOTAL		392	409	409	409	17	4,3%		
FPE	06	946	1.129	1.129	1.024	77	8,1%	(106)	-9,4%
IPI	07	761	1.174	1.174	797	36	4,7%	(377)	-32,1%
Lei Kandir	07	86	86	86	86	(1)	0,0%		0,0%
Outros	07	0	0	0	0		46,9%		
TOTAL		847	1.260	1.260	882	36	4,2%	(377)	-30,0%
Ressarcimento de pessoal cedido	20	17	25	25	25	8	46,2%		
Outros	20	7	18	18	12	5	73,0%	(6)	-33,0%
TOTAL	20	24	43	43	37	13	54,0%	(6)	-14,0%
FECP	22	2.545	2.838	2.838	2.638	93	3,7%	(200)	-7,0%
Multas e Juros	22	11	9	9	9	(2)	-20,0%	(1)	-3,9%
Dívida Ativa	22	10	7	7	9	(1)	-7,2%	3	38,0%
TOTAL	22	2.566	2.853	2.853	2.656	90	3,5%	(198)	-6,9%
Outros	26	1	-	-	-	(1)	-100,0%		
CIDE	26	57	-	-	-	(57)	-100,0%		
TOTAL	26	58				(58)	-100,0%		
Dep. Judiciais tributários	90	74	20	20	-	(74)	-100,0%	(20)	-100,0%
Outros	90	1	0	0	0	(1)	-67,0%		
TOTAL	90	75	20	20	0	(75)	-99,7%	(20)	-98,8%
Outros	95	5	2	2	2	(3)	-66,4%		
Outros*	95	-	2	2	2	2	0,0%		
Outros	11	33	-	-	0	(33)	-99,9%		0,0%
Oustras Restituições	11	28	-	-	16	(12)	-41,5%	16	100,0%
Operações de Crédito*	11	4.669	5.381	5.381	8.495	3.827	82,0%	3.114	57,9%
Operações de Crédito*	21	86	711	711	711	625	723,6%		
TOTAL GERAL		51.166	56.954	57.794	57.197	6.030	11,8%	(597)	-1,0%

* Receitas de Capital

- 1. ICMS** – Nas estimativas do ICMS utilizamos ambas metodologias citadas anteriormente, no entanto, optou-se pelo VAR com os parâmetros já mencionados. Os valores foram reduzidos em relação à LOA 2013 para R\$ 28.554 milhões (- 3,6%), uma vez que as previsões do mercado para o PIB de 2013 estão em 3%, muito aquém dos 4% anteriormente previstos. Ademais, as desonerações prometidas pelo governo federal para o setor elétrico, em 20%, devem reduzir 600 milhões a arrecadação de ICMS para o ano de 2013, segundo estimativas da ARRECADAÇÃO/SEFAZ. Desta forma, a estimativa atual está 7,1% acima do valor arrecadado em 2012.
- 3. FCP** – Da mesma maneira que o ICMS, foram utilizadas as duas metodologias, optando-se pelo VAR com os mesmos parâmetros. Desta forma, tornou-se necessário reduzir em R\$ 200 milhões em relação à LOA 2013. Nesse caso as desonerações da energia elétrica gerarão um impacto maior, em consequência da característica progressiva de incidência deste tributo, em que quanto maior a faixa de consumo de energia maior a alíquota aplicada. Sendo assim, a projeção está 3,7% acima do ano passado.
- 4. Receita Financeira** - Espera-se um cenário de retração das receitas financeiras em 2013, com recebimento inferior ao do ano de 2012. O caixa deve continuar com volume baixo, pois as despesas especialmente com obras fazem com que as receitas permaneçam por tempo reduzido em caixa; além disto, a taxa Selic deve continuar no mesmo patamar de 2012. Optou-se então, por manter o mesmo número de 2012, ou seja, R\$194 milhões, o que na realidade significa uma redução por desconsiderar o crescimento normal que ocorreria com a inflação.
- 5. FPE** - Reavaliado em menos R\$ 106,0 milhões (-9,4%) em relação à LOA 2013. Considerou-se nessa reestimativa as desonerações no IPI Automóveis, IPI Linha Branca e IPI Móveis que passarão a ter alíquotas majoradas progressivamente a partir de janeiro de 2013 até serem restabelecidas totalmente a partir do mês de junho do mesmo ano. Acredita-se que este valor alcançará R\$ 1.024 milhões até o fim do ano, significando um aumento de R\$ 77 milhões (+8,1%).
- 6. IPI Exp** - Reduzido em menos R\$ 377 milhões (-32,1%) em relação à LOA 2013. Espera-se um alcance de receita no valor de R\$ 797,0 milhões para

2013, com um tímido crescimento de 4,7% (+ 36 milhões) em relação à 2012 dadas as desonerações no IPI descritas no item 5.

- 7. Demais Transferências da União** - Constituída em maior magnitude pelo FEX, esta receita foi reestimada em menos R\$ 7 milhões frente à LOA (-7,6%), atingindo R\$ 87 milhões dados os parâmetros considerados acima mencionados. Significa, em relação a 2012, um aumento de R\$ 5 milhões (+ 6,3%).
- 8. Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa** – Devido à continuidade dos parcelamentos do Programa do Refis até novembro de 2013, utilizou-se como base o valor recebido pelo Programa em 2012 de ambas receitas e os valores estimados pela PGE para recebimento mensal de ambas receitas. Adicionalmente, foram efetuados ajustes: expurgou-se os recebimentos à vista, nos meses de maio e junho, e a receita do mês de dezembro de 2012 foi retirada, uma vez que não se repetirá em 2013. Ainda foi computada a correção inflacionária e chegou-se ao total de 877 milhões. Destes, R\$ 361,6 milhões são Multas e Juros (-3,1% em relação ao LOA) e R\$ 515,4 milhões são Dívida Ativa (-19,5% em relação ao LOA).
- 9. Depósitos Judiciais** – Não há previsão de recebimento de receitas provenientes de depósitos judiciais até o presente momento porque ao final de 2012 verificou-se o desenquadramento em relação à Lei Estadual nº119/2007. Desta forma, foi necessário fazer depósito complementar.
- 10. Outras Restituições (Conta A e Conta B)** – Foi necessário fazer ajustes nas fontes de recurso. A FR 11 passou a ter R\$ 16 milhões e na FR 20 houve redução de R\$ 6 milhões, com saldo líquido positivo de cerca de R\$ 10 milhões nesta rubrica.
- 11. Outros** – São estimados cerca de R\$ 341 milhões. Neste valor foram revistas R\$280 milhões de receitas de concessão e permissão de serviço de fornecimento gás natural (R\$-40 milhões em relação à LOA). No entanto, foram retiradas da previsão as receitas provenientes da concessão de transporte de ônibus (-R\$800 milhões), devido à ausência de previsão, até o momento, para publicação do respectivo edital de licitação.

12. Retorno do FUNDEB – Apesar desta receita não estar contemplada nas Receitas Tesouro é importante ressaltar que o coeficiente de retorno divulgado pelo FNDE para o Estado do RJ vem sofrendo redução contínua - entre 2011 e 2012 a redução foi de 5,2%. O decréscimo significativo ocorreu em particular no ensino fundamental: 40% em séries iniciais do ensino fundamental urbano e 12% em séries finais urbanas. Já em se tratando de ensino médio, houve uma queda de 5% no ensino urbano combinado com uma queda 12% do ensino integrado à educação profissional. O coeficiente para o exercício de 2012, que havia sido divulgado em 28/12/2011, sofreu nova redução de 0,45%, em novembro de 2012. Para o exercício de 2013 ainda não há informações no site do FNDE. Desta forma, é preciso esclarecer que para a LOA 2013 o coeficiente utilizado foi o primeiro divulgado para o exercício de 2012 e para esta revisão de receita utilizou-se o segundo coeficiente de 2012, divulgado em 19/11/2012 (-0,45%).

13. Operações de Crédito – O valor estimado está R\$ 1.450 milhões acima do orçado na LOA em função da expectativa de ingresso ainda em 2013 de uma operação de crédito que foi definida após redistribuição do anexo v do PAF, que ocorreu no final do ano passado.

14. Alienação de Bens – No momento foram considerados os R\$ 57,2 milhões de alienação de imóvel localizado na Avenida Presidente Vargas que integra o atual nº 1.122 - Centro - Rio de Janeiro/RJ. A abertura dos envelopes da licitação ocorreu no dia 09/01/2013 - CONCORRÊNCIA CASA CIVIL/RJ nº 8/2012. Além desta, foi considerada a venda do terreno do Batalhão da Polícia Militar no centro da cidade do Rio de Janeiro, à Rua Evaristo da Veiga, estimado em R\$ 336 milhões e com previsão de edital de licitação para março de 2013. Ainda deve-se destacar a renegociação da venda da folha de pagamentos conjuntamente com a venda do BERJ, cuja projeção de recebimento em 2013 chega a R\$ 200 milhões. Cabe ressaltar, que foi retirado desta revisão o valor previsto inicialmente de venda das ações da CEDAE de cerca de R\$ 1 bilhão em função da mudança no cronograma de venda de ações.

III - Alocação das Dotações no Orçamento Anual por Fonte de Recursos vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação.

A tabela a seguir apresenta a primeira revisão de receita detalhada por fonte de recursos, comparando a nova estimativa, realizada neste mês de janeiro, com a LOA.

Tabela 1
COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Em R\$

COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE				
FR	RECEITA PREVISTA (JAN 2013) (A)	LOA 2013	DISPONÍVEL (JAN 2013) (B)	DIFERENÇA (A)-(B)
00	34.020.881.946	35.221.665.814	35.221.665.814	(1.200.783.868)
01	1.277.348.894	3.102.297.135	3.102.297.135	(1.824.948.241)
06	1.023.540.571	1.129.265.492	1.129.265.492	(105.724.921)
07	882.424.015	1.259.835.068	1.259.835.068	(377.411.053)
22	2.655.744.841	2.853.400.775	2.853.400.775	(197.655.934)
Subtotal Rec. Livres	39.859.940.266	43.566.464.284	43.566.464.284	(3.706.524.018)
04	2.146.869.223	2.146.869.223	2.146.869.223	-
05	409.234.542	409.234.542	409.234.542	-
20	37.127.630	43.152.302	43.152.302	(6.024.672)
90	236.172	20.236.172	20.236.172	(20.000.000)
95	3.648.894	3.648.894	3.648.894	-
96	-	4.156.991	4.156.991	(4.156.991)
11	8.511.833.278	5.381.441.794	5.381.441.794	3.130.391.484
21	710.916.394	710.916.394	710.916.394	-
10*	5.516.947.830	5.516.947.830	5.516.947.830	-
SUBTOTAL REC. DESTINAÇÃO ESP.	17.336.813.963	14.236.604.142	14.236.604.142	3.100.209.821
TOTAL	57.196.754.229	57.803.068.426	57.803.068.426	(606.314.197)

A proposta da SEFAZ aponta uma receita estimada do Tesouro menor em R\$ 2,27 bilhões se comparada ao valor da LOA. Considerando as fontes de recursos do Tesouro que se compensam, a previsão de receita aponta para um possível déficit orçamentário em R\$3,70 bilhões, que resultará em uma necessidade de contingenciamento de igual valor. Grande parte deste montante será contingenciado nas vinculações constitucionais e legais que variam de acordo com o comportamento da receita.

III – Alterações nas Despesas Vinculadas à Arrecadação

De acordo com a previsão de receita apontada nesta nota, verifica-se então, que a frustração de receita apresentada deverá ensejar o contingenciamento de dotações a fim de evitar o déficit financeiro.

III.1 Transferências aos Municípios

**COMPARATIVO PREVISÃO DE RECEITA x DESPESA FIXADA
VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS E OUTRAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS**

TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS				
TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A)	LOA 2013	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 00*	8.292.041.955	8.683.533.985	8.683.533.985	(391.492.030)
FR 00 (DEA)	92.233.923	-	-	92.233.923
FR 04	411.923.967	411.923.967	411.923.967	-
FR 07	199.142.866	293.495.629	293.495.629	(94.352.764)
TOTAL GERAL	8.995.342.711	9.388.953.581	9.388.953.581	(393.610.870)

* Exclui o valor do DEA.

III.2 Saúde

SAÚDE				
SAÚDE	DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A)	LOA 2013	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
UOS*	3.856.631.291	3.856.631.291	3.856.631.291	(3.856.631.291)
2901	5.287.200	5.287.200	5.287.200	-
2931	27.658.112	27.658.112	27.658.112	-
2961	3.734.878.044	3.734.878.044	3.734.878.044	-
2971	88.607.935	88.607.935	88.607.935	-
4043	200.000	200.000	200.000	-
IASERJ	(27.658.112)	(27.658.112)	(27.658.112)	-
Op. da Farmácia Popular	(40.000.000)	(40.000.000)	(40.000.000)	-
Promoção Alim. Saudável	-	-	-	-
Proteção ao Usuário de Drogas	(14.500.000)	(14.500.000)	(14.500.000)	-
Proteção a Criança e Adolesc. Dep. Químico	(4.023.222)	(4.023.222)	(4.023.222)	-
Juros sobre a Dívida (IVB)	(387.000)	(387.000)	(387.000)	-
TOTAL GERAL	3.607.766.811	3.770.062.957	3.770.062.957	(162.296.146)

* UOS - Função 10: 2901, 2931, 2961, 2971 e 4043.

III.3 Educação e FUNDEB

EDUCAÇÃO E FUNDEB					Em R\$
EDUCAÇÃO E FUNDEB	DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A)	LOA 2013	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)	
DEA	17.125.799				17.125.799
PERDA LÍQUIDA	2.404.052.593	2.512.487.902	2.512.487.902	(108.435.309)	
FR 00	2.181.238.011	2.271.529.086	2.271.529.086	(90.291.075)	
FR 06	142.117.032	142.640.914	142.640.914	(523.882)	
FR 07	80.697.550	98.317.902	98.317.902	(17.620.352)	
RETORNO	2.631.418.891	2.767.416.102	2.767.416.102	(135.997.211)	
FR 00	2.512.884.427	2.589.269.230	2.589.269.230	(76.384.803)	
FR 06	62.591.083	83.212.184	83.212.184	(20.621.101)	
FR 07	55.943.381	94.934.688	94.934.688	(38.991.307)	
TOTAL FUNDEB	5.052.597.282	5.279.904.004	5.279.904.004	(227.306.722)	
DEMAIS	2.480.728.495	2.614.426.830	2.614.426.830	(133.698.335)	
UOS*		2.836.018.492	2.836.018.492		
1241		15.153.971	15.153.971		
1801		1.007.922.099	1.007.922.099		
1802		156.349.017	156.349.017		
4041		170.137.691	170.137.691		
4043		646.076.064	646.076.064		
4044		652.885.158	652.885.158		
4045		125.598.244	125.598.244		
4046		28.634.103	28.634.103		
4047		33.262.145	33.262.145		
CEPERJ		(15.153.971)	(15.153.971)		
FAPERJ		(170.137.691)	(170.137.691)		
Dispon. de Refeição (DEGASE)		(16.300.000)	(16.300.000)		
Nutrição Escolar (FAETEC)		(20.000.000)	(20.000.000)		
TOTAL GERAL	7.516.199.978	7.894.330.834	7.894.330.834	(361.005.057)	

* UOS - Função 12: 1241 , 1801, 1802, 4041, 4043, 4044, 4045, 4046 e 4047.

III.4 FAPERJ, FECAM, FEHIS, FAF e PASEP

FAPERJ					Em R\$
FAPERJ	DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A)	LOA 2013	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)	
TOTAL GERAL	358.026.367	372.180.995	372.180.995	(14.154.628)	

FECAM					Em R\$
FECAM	DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A)	LOA 2013	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)	
FR 01	367.592	714.121	714.121	(346.529)	
FR 04	384.712.715	362.594.654	362.594.654	22.118.061	
TOTAL GERAL	385.080.307	363.308.775	363.308.775	21.771.532	

FEHIS					Em R\$
FEHIS	DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A)	LOA 2013	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)	
UOS		223.740.078	223.740.078		
Aluguel Social		61.600.000	61.600.000		
TOTAL GERAL	265.574.484	285.340.078	285.340.078	(19.765.594)	

* Considerado PT 3437 de Recuper Região Serrana com ações de socorro

FAF					Em R\$
FAF	DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A)	LOA 2013	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)	
TOTAL GERAL	298.564.296	294.521.966	294.521.966	4.042.330	

PASEP					Em R\$
PASEP	DESPESA PREVISTA (JAN 2013) (A)	LOA 2013	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)	
FR 00	331.778.680	344.967.433	344.967.433	(13.188.753)	
FR 01	12.773.489	19.690.000	19.690.000	(6.916.511)	
FR 04	72.518.931	72.518.931	72.518.931	(0)	
FR 06	10.235.406	8.505.502	8.505.502	1.729.904	
FR 07	5.466.402	6.008.841	6.008.841	(542.439)	
TOTAL GERAL	432.772.908	451.690.707	451.690.707	(18.917.799)	

IV- Resumo de Origens e Aplicações de Recursos

A Tabela abaixo apresenta a saldo/déficit por fonte de recursos apontado na

RESUMO ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (1^a REVISÃO RECEITA)

	FR	00	01	04	06	07	20	22	subtotal	Em R\$
	SALDO / DÉFICIT FR	-1.200.783.868	-1.824.948.241	0	-105.724.921	-377.411.053	-6.024.672	-197.655.934	-3.712.548.590	
	TOTAL COMPROMISSOS	-785.229.516	-7.263.040	22.118.061	-19.415.080	-151.506.861	0	-19.765.594	-961.062.030	
ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	TRANSF. MUNICÍPIOS	-299.258.107		0		-94.352.764				-393.610.870
	SAÚDE	-162.296.146								-162.296.146
	FUNDEB	-166.675.878			-21.144.984	-56.611.659				-244.432.521
	EDUCAÇÃO (DEMAIS)	-133.698.335								-133.698.335
	FAPERJ	-14.154.628								-14.154.628
	FECAM		-346.529	22.118.061						21.771.532
	FEHIS							-19.765.594	-19.765.594	
	FAF	4.042.330								4.042.330
	PASEP	-13.188.753	-6.916.511	-0	1.729.904	-542.439				-18.917.799
	SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES (1)	-415.554.352	-1.817.685.201	-22.118.061	-86.309.841	-225.904.192	-6.024.672	-177.890.340	-2.751.486.660	

Considerando a expectativa de receita, neste primeiro momento sugere-se que seja procedido um ajuste nas fontes de recursos conforme os déficits apontados na tabela acima, adequando-se despesa fixada na Lei Orçamentária 2013 à receita estimada.

A maior parcela do déficit apontado na FR 01 de R\$1,81 bilhão está alocado na Dívida. No entanto, está em andamento uma operação de crédito no valor de R\$1,45 bilhão que virá compensar esta frustração da FR 01. Ainda assim, outras fontes de recursos alocadas na Dívida permanecem deficitárias, o que exigirá ajustes para o cumprimento do cronograma de pagamento.

V – Conclusões

A presente nota avaliou a receita sob a luz das perspectivas da economia e da fiscalização tributária. Procurou-se, a título de colaboração com a SEPLAG, apresentar sugestões de contingenciamento de dotações relativas às despesas obrigatórias e índices constitucionais.

Considerando o déficit total apontado de R\$3,7 bilhões e após o contingenciamento nas obrigações constitucionais e legais de R\$ 961 milhões, resta ainda um déficit de R\$2,7 bilhões cuja adequação à receita estimada fica a critério da SEPLAG.

Cabe informar que a previsão de receita apresentada nesta Nota orientará a elaboração das Metas Bimestrais de Arrecadação e do Cronograma de Desembolso, exigidos pelo artigo 8º da LRF.

O acompanhamento da realização da receita no decorrer do exercício apontará outras medidas a serem adotadas ao longo do ano.

George Santoro
Subsecretário de Política Fiscal